A EDUCACÃO VISUAL DOS MAPAS

Prof. Dr. Wenceslao Machado de Oliveira Jr
Professor no Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte
Pesquisador no Laboratório de Estudos Audiovisuais-OLHO
Faculdade de Educação/Unicamp
Brasil

O real não é representável, nem o espaço

Nos apontamentos a seguir tomarei os mapas como obras políticas, como gestos na cultura. Cada mapa é o mesmo que um filme (documentário), nas palavras de Arthur Omar:

> *"o filme é uma obra. É antes de mais nada, um elemento da cultura. Reage com e sob os outros elementos, ele é a própria cultura sendo praticada, agindo, a cultura em ação, como um romance, uma música. Isso não é grande descoberta, e seria óbvio se o filme não se pretendesse tão transparente, tão neutro, tão inconscientemente voltado para fora de si, esquecendo-se como gesto e como instauração de um fato num contexto." (1997, p.198)*

O gesto aqui é tomado como sendo "a escolha de uma forma cultural" – o filme, o mapa, o romance – para apreender a realidade e apreender transformando a realidade apreendida em uma "obra que funciona como a realidade pretendida" (Omar, p.199-201, 1997).

Nesta perspectiva, os mapas, que são superfícies lisas, colocam a realidade espacial como sendo uma superfície lisa, fazem-na funcionar assim em nossa imaginação do espaço. Ao denominar esta superfície lisa, o mapa, de representação do espaco, dá-se o caráter de verdade ao gesto cultural que buscou apreender a realidade. Em outras palavras, torna-se verdadeiro enquanto realidade aquilo que era verdadeiro enquanto linguagem, enquanto gesto na cultura, verdadeiro enquanto ficcão que busca ter efeito de verdade (Pellejero, 2008).

Tomando como referência o sentido habitual existente na cultura brasileira de que alguns tipos de representacão trazem para diante de nós o próprio real – e este é o caso dos mapas, dos fimes documentários, das fotografias habituais – o artifício (perverso) da palavra – e da idéia de – representação é tornar aquilo que é um gesto cultural (humano, político) na manifestação da realidade por si mesma. É desta forma que vemos o mapa como sendo o espaço, como se ele, o espaço, se manifestasse diante de nós em forma de mapa porque o mapa seria a traducão fiel do espaco para o entendimento humano. Com este artifício – o de tornar realidade a representação – desaparecem as mãos humanas, as vontades humanas que criaram aquela

obra num certo contexto cultural. Desaparece, portanto, a política, assumindo esta última, para economia de palavras, como a esfera das negociacões atuais que gestam devires para os territórios, para o espaco.

De alguma forma estou a dizer que a justificativa da razão instrumental – que se quer neutra, laica, objetiva, científica, matemática – é, também, uma estratégia de retirada – das razões – da política como mediadora das ações humanas, uma vez que as obras realizadas sob os auspícios da razão instrumental são também gestos na cultura que buscam fazer o mundo funcionar e ser pensado como algo racional e pragmático.

Na esteira de pensadores como Roland Barthes, Gianni Vattimo e Gilles Deleuze, sigo um caminho de pensamento no qual "o real não é representável", mas sim apresentado – construído, inventado – em obras elaboradas pelas e nas linguagens. Neste caminho, os mapas seriam apresentações do espaço realizadas pela e na linguagem cartográfica – nunca representações dele, espaço, por si mesmo – utilizando-se da cartografia e dos cartógrafos como seus porta-vozes.

Nos últimos anos, importantes pensadores de diversas áreas do conhecimento fizeram coro crítico à idéia de representação e a algumas formas de representação em particular. Na produção acadêmica da Geografia, destaca-se Doreen Massey e sua crítica ao espaço como algo passível de ser representado ou aquilo que é representado nos mapas. Faço minhas as palavras dela:

> *"Estou interessada em como poderíamos imaginar espaços para estes tempos, como poderíamos buscar uma imaginação alternativa. Penso que o que é necessário é arrancar o 'espaço' daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento,* representação*) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de idéias (heterogeneidade, relacionalidade, coetaneidade... caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora" (2008, p.35)* (grifo meu)

Esta autora também assume como uma de suas preocupações o fato de que "mapas (mapas atuais do tipo ocidental) dão a impressão de que o espaço é uma superfície" (idem, p.160). Para Massey (2008) o espaço "não é, de forma alguma, uma superfície" (p.160), mas sim "a esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias" (p.100), "uma simultaneidade de estórias-até-agora" (p.29), que "envolve contato e alguma forma de negociação social" (p.143). O espaço "é uma eventualidade" (p.89), "um produto contínuo de interconexões e não-conexões (...) sempre inacabado e aberto" (p.160), estando, portanto, "sempre em construção" (p.29).

> *"Abrir 'espaço' para esse tipo de imaginação (alternativa) significa pensar tempo e*

espaço como mutuamente imbricados e pensar em ambos como produto de inter-relações" (idem, p.184).

Esta autora também irá dizer que cada forma de pensar o espaço gera uma maneira de agir no território, de produzir territórios. Nosso pensamento ocidental pensa o espaço como uma sucessão de locais sobre uma superfície lisa, quebra cabeças plenamente encaixáveis, uma vez que um local jamais se sobrepõe a outro. Foi e é esta maneira de pensar e agir no e sobre o espaço – que tem nos mapas muito de seu apoio e materialização – aquilo que deu tanta potência ao ocidente europeu em suas conquistas no planeta. Planeta pensado como um território feito de muitas coisas, mas onde a política é quase ausente, assim como a história e o devir.

O real é algo construído, o espaço também

Já temos um mundo cartografado. Aliás, um mundo mais que cartografado, temos um mundo fotografado de cima e disponibilizado na internet na plataforma Google Earth. Queremos saber onde fica tal lugar, basta digitar seu nome e lá vem ele ganhando visualidade – figurativa, fotográfica – diante de nós, na tela do computador. O que era palavra, vira imagem. Quase a língua adâmica: da palavra à coisa, a palavra a coisa. Mas é aí que começa a se desfazer o sonho, a se desfazer a farsa, a se descortinar a sua potência em nos fazer ver e pensar. A imagem que ali vemos não é a paisagem do lugar. No entanto, e ao mesmo tempo, não deixa de remeter a ela, tornando-se aos poucos uma camada de real muitas vezes mais densa e intensa que a paisagem vista sem a medicão das imagens.

Em outras palavras, estou a dizer que as imagens do Google Earth nos dão tão somente a sombra das paisagens; seus vestígios podem ser encontrados em certos indícios deixados pela luz refletida e gravada na imagem fotográfica. No entanto, e grande maravilha, eis diante de nós o real do lugar, suas sombras.

Apesar da ironia, estou a dizer a perspectiva de que o real se mostra – ganha existência – para nós, humanos, pelas e através de suas sombras. Poderíamos mesmo dizer que ele é a imaginação gestada em nós pelo efeito de real que as sombras dele nos dão. Sombras que podem ser palavras, fotografias, pinturas, conceitos, mapas. Sombras que buscam nos convencer a seguir o gesto cultural nelas impresso e a imaginar o mundo como elas nos mostram.

É a partir das sombras que vamos na direção do real, que damos existência a ele. Não ao contrário, como os defensores da idéia de representação fazem; para estes, o real existe e o representamos com nossas linguagens e instrumentos (técnicos e teóricos). Entendendo a

realidade “como resultado do cruzamento de múltiplas imagens” (Vattimo, 1992), assumo aqui meu lugar no grupo daqueles pensadores que afirmam ser o real algo criado pelas e nas linguagens, pelos e com os instrumentos a elas associados. A linguagem cartográfica, portanto, cria um real, participa da invenção do real. E ela o faz na medida mesma que cria obras culturais – mapas, cartas etc – que são a materialização do gesto de seus usuários – cartógrafos, geógrafos, professores, estudantes, crianças – na cultura, na sociedade.

O real é uma ficção, e os mapas atuam na ficção do Estado

Segundo Barthes (2007), a pior opressão da língua é quando ela nos obriga a dizer uma coisa de uma maneira única e não quando ela, a língua, nos impede de dizer algo. Trazendo esta proposicão para o assunto deste artigo, se sou obrigado a colocar as linhas de fronteira política entre países, estados ou municípios em mapas físicos ou rodoviários, então a linguagem cartográfica está a me obrigar a olhar o território como sendo sempre e, sobretudo, político (mas um político esvaziado, uma vez que remete quase que exclusivamente ao caráter administrativo destas fronteiras). Esta “obrigatoriedade cartográfica” – a quase onipresença do molde político nos mais variados tipos de mapas – naturaliza esta forma de pensar o espaço a partir daquilo que os mapas nos dão a ver, ou seja, o modo como o Estado, enquanto forma social, pensa este espaço e o utiliza na manutenção de seu poder.

Nas palavras de Eduardo Pellejero (2008) “una de las funciones del Estado es la producción de ficciones adecuadas para su reproducción” (p.3) e isto inclui “inducir efectos de verdad (…) y de hacer de modo que el discurso de verdad suscite, fabrique algo que no existe todavía, luego, que ‘ficcione’” (p.2). Estes discursos de verdade atuam “como reguladores universales de la acción y del pensamiento” (p.1).

Os mapas fazem, portanto, parte da ficção que o Estado cria, dos discursos de verdade que circulam entre nós. Eles, os mapas, estão a nos educar o pensamento por meio da educação dos olhos para esta ficção, uma educação que nos leva a memorizar as fronteiras políticas como a única maneira de nos movimentarmos – encontrarmos os lugares, referenciá-los, relacioná-los uns aos outros – nas obras cartográficas. Uma evidente política de criação de uma memória pública. Podemos dizer que este é um gesto cultural, nada inocente, de apagamento de outras maneiras de imaginar o espaco, de relacionar lugares, de estabelecer conexões e acões territoriais que não aquele ancorado nas marcas territoriais implementadas e reguladas pelo Estado.

Isto se dá de maneira muito mais forte nos mapas voltados aos escolares que nos mapas voltados aos profissionais. Tomando como exemplo os mapas mais comuns que temos nas

escolas brasileiras, o mapa político e o mapa físico do Brasil, pensemos no que eles nos dizem, ou melhor, o que eles insistem em nos dizer, nos obrigam a ver e a memorizar.

Enquanto o mapa político se dobra sobre o físico, uma vez que as linhas divisórias dos estados brasileiros aparecem na grande maioria dos mapas físicos do país, o mesmo não ocorre com o mapa físico, pois raramente aparecem alguns grandes rios nos mapas políticos. Os planaltos e planícies simplesmente não existem no Brasil Político.

Não entrarei em muitos detalhes sobre a relação desigual aí estabelecida, sobre a planiedade do mundo político, que iguala os desníveis do relevo e das intensidades do poder, assim como diferencia as porções da superfície do planeta a partir de cores distintas que nunca se sobrepõem.

Muitas vezes, no entanto, ironicamente, esta estratégia de diferenciação em cores iguala novamente.

Adap.: SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 30. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 79.

Fonte: Geografia (livro didático). João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene.São Paulo: Scipione, 2005

Ao usar a mesma cor para cobrir partes distintas do território, como apresentar em amarelo os estados de Minas Gerais, Piauí, Sergipe, Pará e Santa Catarina, este mapa está a nos dizer que eles teriam o mesmo sentido, o mesmo significado? Afinal, o próprio mapa nos ensina que a cor azul pinta tanto o Oceano Pacífico quanto o Oceano Atlântico para indicar a semelhança da superfície ali existente no planeta: água salgada, seu significado no plano mapeado.

Deixando de lado esta primeira tensão posta nos mapas políticos, gostaria de chamar atenção para algo insidioso, porque mais naturalizado pela grande maioria de brasileiros, entre eles quase todos os professores de geografia que conheço.

Trago aqui um exemplo vivido em minha experiência como professor de futuros professores de Geografia. À pergunta, “Porque os traços dos limites político-administrativos aparecem num mapa físico?” os olhos se arregalam diante de mim. Ao incluir outras perguntas, tais como “Não deveriam estar ali, ao invés destas linhas, as linhas que marcam os limites das bacias hidrográficas, por exemplo? Não seriam estas linhas, as das bacias hidrográficas, indicadoras de alguma divisão territorial passível de ser entendida naquele mapa e, portanto, mais legítimas de aí aparecerem?”, parece que estou perguntando por que o óbvio é óbvio.

É com certa perplexidade que meus alunos de licenciatura e os professores de diversas escolas e redes de ensino que encontro ao longo dos cursos de formação escutam estas perguntas. De maneira geral, as respostas balbuciantes confirmam as minhas afirmações implícitas nas perguntas: as linhas divisórias das bacias hidrográficas teriam um lugar mais legítimo nos mapas físicos, uma vez que elas comporiam o conhecimento (o pensamento) acerca do espaço que aquele mapa físico contém em si mesmo e busca configurar em nós.

Mas param por aí as respostas. Não seguem adiante, de modo a pensar que é justamente a presença das divisões políticas que impede a presença das divisões hidrográficas, que o que temos ali é uma disputa pelo poder, uma afirmação do poder de construir na memória das pessoas uma forma de regionalização (de pensamento sobre o espaço) que nos leva a pensar o território como sendo assim, naturalmente assim, sempre assim, unicamente assim, com estados a comporem os países, países a comporem o mundo, municípios a comporem os estados.

É o pensamento daquilo que está “dentro de” revelando o verdadeiro pensamento ali existente, que é o daquilo que está “submetido a”. Em outras palavras, o pensamento que gestou a presença das linhas político-administrativas num mapa físico não é objetivo, científico, neutro, mas sim um pensamento político – um gesto na cultura – localizado num mundo que submete e subordina a natureza aos destinos humanos. A Serra da Mantiqueira está dentro do Planalto Brasileiro ou dentro do Estado de Minas Gerais? O rio São Francisco corta uma região de planalto ou alguns estados da federação brasileira? Ambos, certamente. Mas porque destacar a segunda relação e não a primeira? Ou mais, porque apagar a relação entre relevo e rios colocando sobre elas o molde da divisão político-administrativa? Ou ainda, porque mesmo em mapas que mostram relevo e hidrografia juntos aparecem também as divisões político-administrativas de estados ou municípios? Não seria este um dos motivos porque nossos alunos têm enorme dificuldade para entender que, a despeito de cruzar um planalto, o São Francisco constituiu em torno de si uma planície? Ou seja, como a relacões habitualmente exigidas (impostas, naturalizadas) são entre rios e estados, entre planaltos e planícies e estados, para que estabelecer relacões entre rios e relevo?

Não é mero acaso que o Estado Brasileiro e os estados da federacão cuidam tanto dos materiais didáticos. Estes são um dos apoios para que a continuidade (e a naturalizacão) de sua existência seja garantida.

Não me estendendo demais, o que quero chamar a atenção é o apagamento que temos feito das razões e instituições que criam os mapas, que os gestam a partir de seu pensamento acerca do espaço e os divulgam na intenção de tornar este pensamento hegemônico, se não único. Ora, o que estou a dizer é que a franca hegemonia nas escolas dos mapas produzidos pelo Estado brasileiro em suas várias instâncias (bem como a tradição curricular do ensino de geografia a partir do pensamento do "dentro de": município, estado, país, mundo) torna os nossos alunos reféns de uma única maneira de imaginar o espaço, a saber, a maneira com que o Estado o imagina e nele exerce seu poder: a maneira político-administrativa. É esta maneira que "naturaliza" mapas como o que se segue (retirado de um Atlas escolar), o qual praticamente equivale as linhas da costa sul americana (indicação cartográfica do encontro entre mares e terras que define os contornos continentais pela natureza) às linhas do traçado político-administrativo do Estado Brasileiro (indicação cartográfica do contato entre aquilo que é Brasil e aquilo que não o é).

Fonte: Atlas Geográfico Escolar. São Paulo: IBEP, 2008

Finalizando esta primeira aproximação dos mapas, sintetizo meu incômodo e minha tese. O que a presença das linhas divisórias dos estados brasileiros num mapa físico de nosso país estão a fazer é nos educar para pensarmos o espaço como sendo naturalmente político-administrativo, como se estas linhas estivessem ali antes mesmo do relevo e dos rios se

formarem. Estes últimos – planaltos, planícies e rios – devem ser pensados como estando dentro destas linhas outras, estranhas à sua natureza, mas tão mais naturais que nem mesmo precisam ser indicadas nas legendas destes mesmos mapas.

Nem preciso dizer o quão devastadora é esta naturalização, afinal ela naturaliza a própria existência do Estado como forma de organização social e territorial, fazendo com que a forma Estado seja deslocada para os confins dos tempos, ao invés de pensada como muito recente na história da própria humanidade, para não dizer da história da natureza.

Este é um exemplo da educação sutil, leve, cotidiana realizada pelos mapas, uma das marcas – talvez a mais profunda, porque pouco notada – que eles deixam em nossos processos de subjetivação atuais. Gostaria de dizer ainda que, num pensamento conservador ou fortemente nacionalista, esta educação é benéfica, pois nos ajuda a criar um pensamento unificado sobre o espaço onde se situa o Brasil, tendo este mesmo Brasil como referência. Em outras palavras, se ele, o Brasil (o Estado Brasileiro), desaparece, desaparece com ele todo este território imaginado pela via dos mapas, sobretudo os escolares.

Os mapas e as multiplicidades de estórias-até-aqui

Na busca de escapar ou fazer derivar a educação de um pensamento único, de uma imaginação espacial embotada, apequenada, não seria importante imaginar outros mundos, outros passados que não se gestaram, outros futuros que têm potência de gestação? Não seria importante apresentar as desarticulações existentes no espaço, as sobreposições de territórios devido a formas diferentes de viver e imaginar o espaço, a formas diferentes de gestar devires? Não seria importante apresentar as multiplicidades de estórias-até-aqui diferentes e coetâneas a nós mesmos?

Uma maior variedade de mapas, com referências espaciais outras, para além e para aquém das oferecidas pelos traçados do Estado sobre o território, não nos levaria a derivar o pensamento acerca do espaço a partir de outros referenciais, os quais certamente nos levariam a encontrar na dimensão espacial outras linhas de força que nos cercam, nos afligem, nos oprimem, mas também encontraremos linhas de força criadoras que nos levem a inventar outros mundos, outras potencialidades de viver a vida que não as reguladas pelo Estado e seus parceiros no controle da vida contemporânea?

A resposta para as perguntas acima seria sim para aqueles que pensam a educação não (somente) como um processo escolarizado de criação de identidades e de saberes comuns calcado no apontamento de evidências.

Se pensarmos a educação – e mesmo a escolarizacão – como um processo de encontro das

diferenças e potencialização das singularidades, se a tomarmos como um processo de proliferação da vida que já circula em nós e nos muitos e variados materiais – mapas, por exemplo – que cruzam as ações educativas entenderemos a importância maior dada aos vôos imaginativos, à valorizacão dos devires e descobertas inusitadas, às linhas de fuga dos pensamentos já estabelecidos, uma vez que eles – estes pensamentos já estabelecidos – nos engessam o pensar acerca do espaço.

A partir desta perspectiva de se pensar a educação, posso propor que quanto maior a variedade de mapas circularem pelos ambientes escolares melhor para o processo educacional pautado nas derivas imaginativas. Mas não falo só de variedade de tipos de mapas (o que já ocorre), mas também de concepções de mapas, de autorias destes mapas, de referentes usados para a leitura deste mapa (para a correlação dele com outros), retirando o Estado do lugar de único referente para se pensar o espaço.

O mapa a seguir, presente num livro didático de geografia, ensaia esta quebra de referente nos limites político-administrativos: os rios já atravessam as fronteiras, ainda que as bacias hidrográficas (aquilo que é o tema do mapa) não o façam, uma vez que se subordinam às fronteiras impostas pelo traçado que o Estado Brasileiro faz sobre o território (e que é seguido e referendado pelas escolas e políticas curriculares).

Fonte: Geografia (livro didático). João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene.São Paulo: Scipione, 2005

Mas para além da presença de uma maior variedade de mapas nas escolas, todo o efeito de verdade única presente nos mapas oficiais seria muito minimizado se os mapas não fossem tomados como representação do espaço, como seu espelho mais fiel e fidedigno. Se eles

fossem tomados como uma apresentação do espaço segundo certo pensamento, segundo certa forma de imaginar o espaço – de propor tanto um pensamento quanto um devir – o conhecimento elaborado seria outro porque a relação com os mapas também seria outra.

Em outras palavras, se os mapas fossem tomados como obras resultantes de maneiras de imaginar o espaço, de pensar o espaço e não de representá-lo, todo e qualquer mapa teria uma nítida criação humana, muitas vezes passível de ser identificada com facilidade na própria obra. É o que ocorre com os mapas turísticos, de maneira geral, que deixam claro a intenção de levar o observador até certos pontos do território, seja na imaginação, seja com o próprio corpo.

Mas os mapas e seus produtores, cartógrafos ou geógrafos, gostam de se pensar como sendo a verdade do espaço, como sendo tributários da linguagem do próprio espaço para dizer de si mesmo. Ou seja, o mapa seria a própria manifestação do espaço diante de nós. Ele é como é o espaço ali mostrado. Esta idéia se amparou, ganhou legitimidade e força ao longo de vários séculos e tem amparo nas realizações humanas a partir dos mapas, do aumento de suas precisões nas medidas, nas projeções, nos ângulos. E é preciso aplaudir a todos os que atuaram nesta empreitada tão bem vinda para os povos europeus e seus descendentes. É certo que isto não pode ser dito para os demais povos do planeta, que, em função também da precisão dos mapas, tiveram suas vidas limitadas, regidas ou mesmo eliminadas pelos europeus e seus descendentes.

Este é mais um argumento que tomo de Doreen Massey que, logo nas primeiras páginas de seu livro *Pelo espaço*, nos apresenta a versão da derrota dos astecas para os espanhóis como tributária também do pensamento – da imaginação – espacial que cada um destes povos tinha à época.

Ao meu ver, os mais inventivos mapas – os mais potentes para a educacão – são aqueles que negam, antes de mais nada, a idéia de representação, uma vez que isto evita a criação da idéia de que o espaço é aquilo que está ali apresentado: uma superfície lisa, algo estático, um corte no tempo, uma simultaneidade integrada, com conexões inter-relacionadas, sem desencaixes. Notemos o mapa a seguir, retirado de um site da internet bastante peculiar em suas brincadeiras com o território.

Fonte: http://desciclo.pedia.ws/wiki/Brasil#Geografia

Mapas como este nos aportam diante de uma imaginação mais aberta e delirante, aquela que caminha em paralelo com a literatura (que se distancia do literal), que permite tomar nas mãos as produções em desenhos das crianças como sendo, elas mesmas, geografias (grafias do espaço). São estes mapas que podem ser tomados como gestos na cultura e, como tais, em aberto, com devires imprevistos, não pautados numa história única.

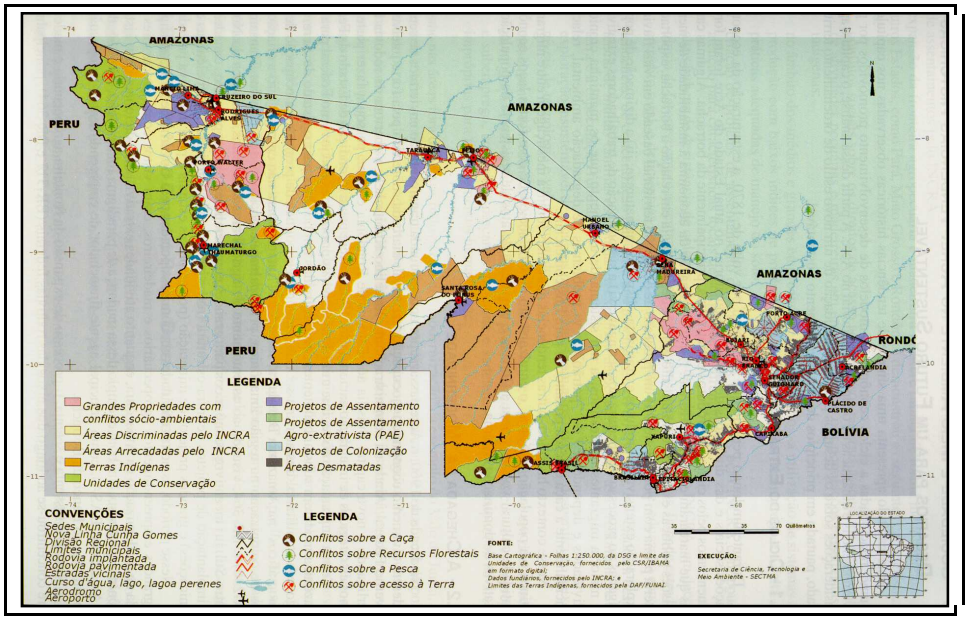
Ainda que o gesto pessoal seja aquele que inaugura a obra, que a traz ao mundo dos homens, é bom lembrar sempre que há, digamos, quase nada de subjetivo num desenho ou num mapa, pois ele é tributário, em grande medida, de tradições de cores e traços; é também tributário do contexto no qual foi feito, com seus poderes e afetos, assim como é tributário do devir a que o desenho ou mapa se destina e a todos os outros devires aos quais ele for tomado de assalto.

Na perspectiva apresentada nos parágrafos acima, cada desenho, assim como cada mapa, é pensado como um acontecimento, como uma eventualidade. Um acontecimento resultante das articulações e das desarticulações entre as multiplicidades simultâneas – humanas e não humanas – que coexistem num certo lugar, que são, na proposição que venho seguindo nestes apontamentos, o próprio espaço. “O que é especial sobre o lugar é, precisamente, esse acabar juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora” (idem, p.203), uma vez que “essas constelações temporárias de trajetórias, essas eventualidades que são lugares, requerem negociação (idem, p.219). Nesta perspectiva, “o espaço não é um mapa e um mapa não é o espaço, (e) mesmo mapas não devem pretender impor sincronias coerentes” (Massey, 2008, p.163), plenamente articuladas, pois se estão plenamente articuladas não são provenientes de negociacões e aberturas implicadas neste acabar juntos que é o espaco, cada lugar.

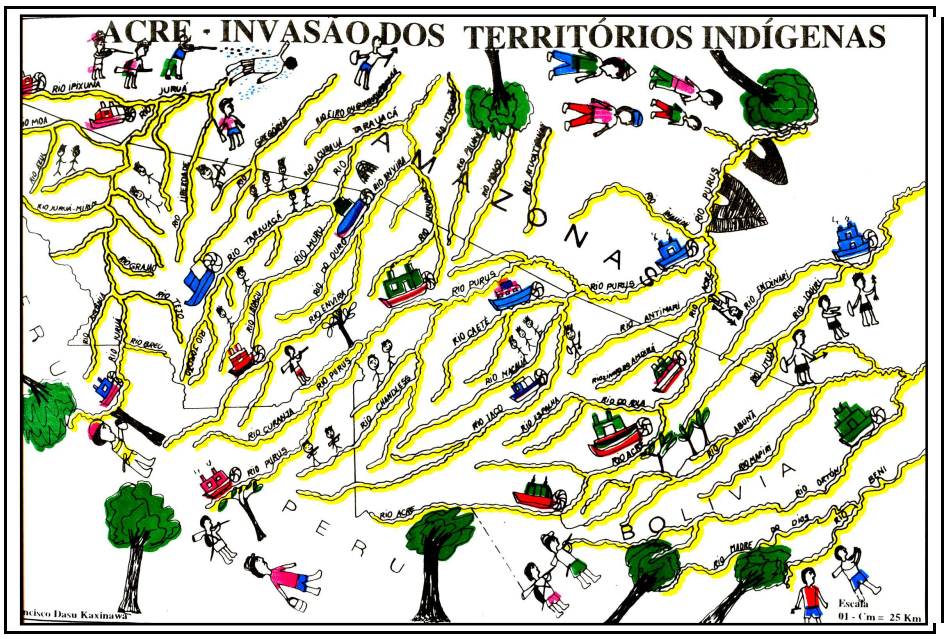
Além disto, todo desenho ou mapa é também uma obra na cultura, tornando-se cultura assim

que se manifesta na sociedade (Omar, 1997). Um desenho ou mapa apresenta o mundo de determinada maneira, sob determinado pensamento espacial. Mas assim que ele, desenho ou mapa, é visto transforma este mesmo pensamento, principalmente naqueles que sentem que suas razões práticas (Sahlins, 1997), suas intencionalidades (Santos, 1994), seus devires (Rolnik, 1993) não foram considerados na criação daquele desenho ou mapa. Negociações entram em cena. É nesta desarticulação de interesses, de pensamentos espaciais distintos (que revelam a existência simultânea dos outros que coexistem no lugar-espaço-tempo) que a política se coloca como inerente ao espaço.

Os mapas abaixo, do estado brasileiro do Acre, apontam um exemplo destas desarticulações existentes no espaço, atinentes ao espaço. O primeiro foi produzido dentro das estruturas do Estado; o segundo não.



Zoneamento ecológico-econômico:aspectos socioeconômicos e ocupação territorial
Fonte: Governo Estadual do Acre. Rio Branco: SECTMA, 2000. V.2



Autor: Francisco Dasu Kaxinawa
Fonte: Atlas Geográfico Indígena do Acre

Observando somente o primeiro dos mapas, obra da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Acre, um órgão do Estado, nota-se que a linha demarcatória entre o trecho detalhado do mapa e o trecho que lhe serve apenas de envoltório é nitidamente a fronteira estadual acreana. As poucas extrapolações desta demarcação já evidenciam a presença de outras maneiras de uso e pensamento espacial que não a administrativa estadual. Mesmo assim, estas extrapolações se dão somente em direção ao interior de outro estado brasileiro, não ocorrendo o mesmo em relação aos países limítrofes.

Esta distinção, entretanto, é marca ainda mais forte do pensamento espacial aí presente, aquele oriundo da imaginação espacial que toma o espaço como uma superfície sobre a qual se dispõem locais distintos, uns não se sobrepondo aos demais.

Neste caso, os lugares distintos aqui são tanto o Amazonas quanto a Bolívia e o Peru. No entanto, o próprio mapa nos diz que a distinção destes outros lugares em relação ao Acre não é pensada da mesma forma. O Amazonas, apesar de outro, permanece sendo o mesmo numa escala de poder que se sobrepõe àquela que produziu o mapa. Esta escala maior sendo a escala do Estado soberano, neste caso o Brasil e não o Acre. A Bolívia e o Peru são distinguidos mais nitidamente do Acre porque não fazem parte de alguma esfera mais ampla que os inclua sob um mesmo poder, por isto não há interpenetração de usos do solo acreanos em seus territórios.

Se as distinções apontadas no primeiro mapa dizem respeito às tensões atinentes a uma mesma forma de imaginar o espaço – a do Estado ocidental –, as distinções entre os dois mapas evidenciam com muito mais clareza duas maneiras distintas de imaginá-lo, maneiras

estas que impedem que as fronteiras sejam as mesmas nos dois mapas.

No segundo deles, ainda que seu título diga respeito ao Acre, as fronteiras até onde é detalhado o mapa extrapolam, e muito, as linhas fronteiriças deste estado brasileiro, penetrando tanto no que seria o Amazonas quanto no que seria a Bolívia e o Peru. O tempo verbal “seria” não é ocasional. Seria por que, nesta imaginação do espaço, não o são.

Penso que isto se deve porque o autor, um homem do povo kaxinauá, não imagina o espaço a partir das fronteiras administrativas do governo acreano e brasileiro, mas sim a partir de outras das multiplicidades que compõem aquela porção do planeta, incluindo aí os usos e vínculos indígenas com as florestas e rios, com a história dos seus ancentrais.

O que mais marca o mapa feito pelo kaxinauá é que o limite do detalhamento é dado pelos rios, notadamente pelas suas nascentes. Este mapa está a nos dizer que elas não podem ser retiradas do espaço onde estes rios correm, que eles, sem elas, simplesmente não existiriam aqui, no trecho em que cruzam o Acre?

A história e a cultura ocidental dos migrantes brasileiros que colonizaram o Acre é o que torna visível – compreensível, assimilável à imaginação e pensamento – os limites entre o Acre e a Bolívia, Peru e Amazonas. O mesmo não pode ser dito em relação aos indígenas que ali viviam e vivem, pois suas histórias e culturas apontam limites outros, desencaixados das fronteiras traçadas sob a égide da administração do Estado.

Os estranhos desencontros entre estes dois mapas só são estranhos numa imaginação espacial onde todas as coisas estão encaixadas, articuladas numa superfície lisa comum a todos.

Se imaginarmos o espaço de outra maneira, veremos que estes desencontros nos apontam que no Acre atual temos a materialização intensa de uma das potencialidades do espaço, qual seja “a justaposição circunstancial de trajetórias previamente não conectadas (criadora de um) estar juntos (...) não-coordenado” (Massey, 2008, p.143). “O que é especial sobre o lugar (neste caso, o Acre) é, precisamente, esse acabar juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora” (idem, p.203), uma vez que “essas constelações temporárias de trajetórias, essas eventualidades que são lugares, requerem negociação (idem, p.219).

Isto porque o espaço é essencialmente relacional. Desta forma, “se o espaço deve, realmente, ser pensado relacionalmente, então ele não é mais do que a soma de nossas relações e interconexões e a ausência delas” (idem, p.260), sendo que este “espaço, enquanto relacional e enquanto esfera da multiplicidade, é tanto uma parte essencial do caráter do compromisso político quanto perpetuamente reconfigurado por ele. E o modo pelo qual essa espacialidade é imaginada pelos participantes também é crucial” (idem, p.258).

Neste lugar-espaço acreano convivem – se relacionam – diversos pensamentos e imaginações

espaciais que levam a diversos usos e mapeamentos (Seemann, 2003) de uma mesma porção da superfície terrestre, que, por sua vez, levam à criação de obras – mapas – que são gestos realizados por homens que participam das diferenças simultâneas que configuram o espaço como uma multiplicidade de estórias-até-aqui. Seria possível mapeá-las em um mesmo mapa? Seria o mapa das negociações? Das trajetórias? Das intensidades? Das desarticulações e desencaixes? Este mapa seria ou será liso? Seria o mapa a melhor escolha – a melhor forma cultural – para fazer funcionar a realidade desta imaginação espacial?

Mesmo sem encontrar respostas para as perguntas acima, posso afirmar que um mapa que tome o espaço como apontado neste texto, não representável e inerentemente relacionado às trajetórias que nele coexistem, certamente será um mapa político, mas político de uma outra forma, já que não será político apenas por apresentar o traçado das fronteiras que o Estado estabelece no território, mas terá que lidar com outras formas de pensar e imaginar o espaço. Segundo Doreen Massey "qualquer política que apreenda as trajetórias em pontos diferentes está tentando articular ritmos que pulsam em diferentes compassos" (2008, p.225), o que torna este o grande desafio de uma cartografia que toma o espaço como algo prenhe de temporalidades conexas e desconexas a um só tempo, sendo sempre espaço-tempo, o "aqui" sendo também, inevitavelmente, "agora".

Bibliografia:

BARTHES, Roland. *Aula.* São Paulo: Cutrix, 2007.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço – uma nova política da espacialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OMAR, Arthur. O antidocumentário, provisoriamente. *Cinemais*, Rio de Janeiro: Editorial Cinemais, p. 179-203, set./ out. 1997.

PELLEJERO, Eduardo. *Ficciones políticas y políticas de la ficción - La sociedad como una trama de relatos*. cfcul.fc.ul.pt/equipa/3_cfcul_elegiveis/eduardo%20pellejero/eduardo%20pellejero.htm Acesso em 9 de maio de 2009.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir. In: *Cadernos de subjetividade.* v.1, n.2. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da subjetividade/PUC, 1993.

SAHLINS, Marshall. Estrutura e História. In: *Ilhas de história.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEEMANN, Jörn. *Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade.* Anais do 7 Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.